



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

10/12/2014 ATÉ 10/12/2014



INDÍCE

1	BLOG JOHN CUTRIM	
	1.1 JUÍZES.....	1
2	BLOG LUÍS CARDOSO	
	2.1 DECISÕES.....	2
3	BLOG MÁRIO CARVALHO	
	3.1 JUÍZES.....	3
4	BLOG RANDYSON LAÉRCIO	
	4.1 JUÍZES.....	4
5	BLOG WALDEMAR TER	
	5.1 JUÍZES.....	5
6	BLOG ZECA SOARES	
	6.1 JUÍZES.....	6
7	O IMPARCIAL ONLINE	
	7.1 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	7
8	SINDJUS	
	8.1 AÇÕES CORREGEDORIA.....	8
9	SITE IDIFUSORA	
	9.1 JUÍZES.....	9
10	SITE JUSBRASIL	
	10.1 COMARCAS.....	10
	10.2 CURSOS.....	11
	10.3 EVENTOS.....	12
	10.4 JUÍZES.....	13
	10.5 POSSE.....	14
	10.6 SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	15

Corregedoria instaura sindicância para apurar conduta de juiz

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão vai apurar a conduta do juiz Marcelo Testa Baldochi, titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz (665km da capital), em fato ocorrido no dia 6 de dezembro de 2014, no aeroporto da cidade.

Segundo informações que chegaram ao conhecimento do órgão - responsável por fiscalizar e administrar a Justiça de 1º grau - o magistrado teria dado voz de prisão a funcionários da companhia aérea TAM após uma discussão.

Na Portaria 4824/2014, que instaura a sindicância, o corregedor em exercício, desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, destaca que há "fortes indícios de conduta incompatível com o exercício da magistratura, por transgressão ao disposto no art. 35, VIII, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº. 35, de 14 de março de 1979); art. 37 do Código de Ética da Magistratura; e art. 85, VIII, do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão (Lc 14/91", diz o texto do documento.

Bayma Araújo - que substitui a corregedora Nelma Sarney, que participa de um congresso internacional durante esta semana - informa também que as providências legais só foram tomadas na manhã desta terça-feira (09) em decorrência do fato ter ocorrido no fim de semana, que foi estendido pelo feriado de Nossa Senhora da Conceição, data que também se comemora o Dia da Justiça.

A adoção das providências legais já foi informada à corregedora nacional da Justiça, ministra Nancy Andrighi. A sindicância será presidida pelo corregedor em exercício, que designou os juízes corregedores José Américo e Tyrone José para conduzir os trabalhos.

A comissão deverá desembarcar na Cidade de Imperatriz nesta quinta-feira (11), quando os trabalhos de apuração do fato deverão ser iniciados.

O procedimento investigativo tem como base o art. 6º, incisos IX, XXI, XXIV, XXV, do Código de Normas da Corregedoria, combinado com o art. 173, parágrafo único do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão e o art. 8º, parágrafo único, da Resolução nº 135 do Conselho Nacional de Justiça.

O prazo regular para a realização dos trabalhos da sindicância é de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado uma única vez. Ao final, deverá ser apresentado um relatório conclusivo do caso.

Entenda o caso - Segundo informações levantadas pela Corregedoria, bem como aquelas recebidas por meio da imprensa, o juiz Marcelo Testa Baldochi se envolveu em uma discussão com funcionários da TAM no aeroporto de Imperatriz.

O magistrado teria se apresentado com atraso para embarcar, mas foi impedido pelos funcionários porque o procedimento de embarque já teria sido encerrado e as portas do avião fechadas.

A companhia aérea se manifestou informando que segue as normas estabelecidas para o setor e que está colaborando com a prestação dos esclarecimentos às autoridades.

STJ acata denúncia contra José Reinaldo Tavares

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) acatou denúncia e determinou o processamento de uma ação de improbidade administrativa contra o ex-governador do Maranhão e deputado federal eleito, José Reinaldo Tavares (PSB). A decisão é da Primeira Turma do STJ, que por maioria seguiu voto do ministro Sérgio Kukina.

Na origem, o Ministério Público do Maranhão ajuizou ação civil pública por ato de improbidade contra Tavares por ele ter supostamente reformado e decorado residência com gasto desproporcional à sua renda, sem que houvesse comprovação da origem dos recursos.

A acusação se apoia no artigo 9º, caput, da Lei 8.429/92 (auferir qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo). O imóvel pertencia a uma empresa do Maranhão e, segundo Tavares, fora colocado à sua disposição. Mas os donos da instituição negaram ter arcado com os gastos.

Devido à origem duvidosa dos recursos que financiaram a reforma e aos fatos terem ocorrido quando Tavares exercia o cargo de governador do Maranhão, o Ministério Público ajuizou a ação e a petição inicial foi recebida em primeiro grau.

Recursos - A Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça Maranhão (TJMA), no entanto, deu provimento ao agravo da defesa de Tavares. Entendeu que "para o recebimento inicial da ação deve haver prova suficiente de que os atos particulares do acusado têm relação com os atos de governo, gerando desvio de recursos públicos e enriquecimento sem causa" - o que não seria o caso, segundo o tribunal.

O Ministério Público estadual recorreu ao STJ, mas o relator, ministro Napoleão Nunes Maia Filho, em decisão individual, negou o recurso. O MP recorreu (com agravo regimental ao colegiado) e a Primeira Turma determinou o retorno dos autos à instância de origem, para que a ação tenha regular prosseguimento.

O ministro destacou em seu voto que a jurisprudência do STJ entende ser "suficiente a demonstração de indícios razoáveis de prática de improbidade para que se determine o processamento da ação".

Caso teve repercussão na imprensa em 2008

O processo agora aceito pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) ganhou forte repercussão em 2008, quando o Ministério Público pediu ao ex-governador a devolução de R\$ 850 mil que haviam sido investidos na reforma de um imóvel (apartamento), situado no Calhau.

O Estado chegou a denunciar o caso numa reportagem especial, após obter informações do processo, de autoria dos promotores de Justiça Marcos Valentim Pinheiro Paixão e João Leonardo Pires Leal.

Além da condenação por ato de improbidade, os promotores pediam a inelegibilidade de Tavares por um prazo de 10 anos. Na ocasião, a Lei da Ficha Limpa ainda não havia sido aprovada.

"O ex-governador não demonstrou ter condições financeiras para custear os serviços de reforma, a compra do mobiliário e os objetos de adorno e decoração", destacava trecho do processo.

Situado no luxuoso prédio Cidade do Porto, onde o ex-governador foi preso pela Polícia Federal (PF), o apartamento era equipado até como uma academia de ginástica. De acordo com a denúncia do MP, o

ex-governador contratou um escritório de arquitetura e ambientação para fazer a reforma. Os proprietários da empresa afirmaram em depoimento que todos os pagamentos haviam sido entregues em espécie.

Mais

José Reinaldo foi eleito deputado federal e confirmado pelo governador eleito Flávio Dino (PCdoB) como futuro secretário de Estado de Minas e Energia. Quem assume vaga na Câmara Federal é Luana Alves (PSB).

O Estado MA

Corregedoria irá apurar suposta conduta autoritária de juiz

Desembargador Bayma Araújo, corregedor em exercício|Juiz Marcelo Testa Baldochi, acusado de conduta indevida|

Juiz Marcelo Testa Baldochi, acusado de conduta indevida|

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão vai apurar a conduta do juiz Marcelo Testa Baldochi, titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz (665km da capital), em fato ocorrido no dia 6 de dezembro de 2014, no aeroporto na região tocantina.

Segundo informações que chegaram ao conhecimento do órgão - responsável por fiscalizar e administrar a Justiça de 1º grau - o magistrado teria dado voz de prisão a funcionários da companhia aérea TAM, após uma discussão no saguão do aeroporto.

Na Portaria 4824/2014, que instaura a sindicância, o corregedor em exercício, desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, destaca que há "fortes indícios de conduta incompatível com o exercício da magistratura, por transgressão ao disposto no art. 35, VIII, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº. 35, de 14 de março de 1979); art. 37 do Código de Ética da Magistratura; e art. 85, VIII, do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão (Lc 14/91", diz o texto do documento.

Bayma Araújo - que substitui a corregedora Nelma Sarney, que participa de um congresso internacional durante esta semana - informa também que as providências legais só foram tomadas na manhã de terça-feira (9) em decorrência do fato ter ocorrido no fim de semana, que foi estendido pelo feriado de Nossa Senhora da Conceição, data que também se comemora o Dia da Justiça.

A adoção das providências legais já foi informada à corregedora nacional da Justiça, ministra Nancy Andrighi. A sindicância será presidida pelo corregedor em exercício, que designou os juízes corregedores José Américo e Tyrone José para conduzir os trabalhos.

Apuração

A comissão deverá desembarcar na Cidade de Imperatriz nesta quinta-feira (11), quando os trabalhos de apuração do fato deverão ser iniciados. O procedimento investigativo tem como base o art. 6º, incisos IX, XXI, XXIV, XXV, do Código de Normas da Corregedoria, combinado com o art. 173, parágrafo único do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão e o art. 8º, parágrafo único, da Resolução nº 135 do Conselho Nacional de Justiça.

O prazo regular para a realização dos trabalhos da sindicância é de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado uma única vez. Ao final, deverá ser apresentado um relatório conclusivo do caso. Entenda o caso - Segundo informações levantadas pela Corregedoria, bem como aquelas recebidas por meio da imprensa, o juiz Marcelo Testa Baldochi se envolveu em uma discussão com funcionários da TAM no aeroporto de Imperatriz.

O magistrado teria se apresentado com atraso para embarcar, mas foi impedido pelos funcionários porque o procedimento de embarque já teria sido encerrado e as portas do avião fechadas. A companhia aérea se manifestou informando que segue as normas estabelecidas para o setor e que está colaborando com a prestação dos esclarecimentos às autoridades.

CORREGEDORIA DA JUSTIÇA INSTAURA SINDICÂNCIA PARA APURAR CONDUTA DE JUIZ

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão vai apurar a conduta do juiz Marcelo Testa Baldochi, titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz (665km da capital), em fato ocorrido no dia 6 de dezembro de 2014, no aeroporto da cidade.

Segundo informações que chegaram ao conhecimento do órgão - responsável por fiscalizar e administrar a Justiça de 1º grau - o magistrado teria dado voz de prisão a funcionários da companhia aérea TAM após uma discussão.

Na Portaria 4824/2014, que instaura a sindicância, o corregedor em exercício, desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, destaca que há "fortes indícios de conduta incompatível com o exercício da magistratura, por transgressão ao disposto no art. 35, VIII, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº. 35, de 14 de março de 1979); art. 37 do Código de Ética da Magistratura; e art. 85, VIII, do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão (Lc 14/91", diz o texto do documento.

Bayma Araújo - que substitui a corregedora Nelma Sarney, que participa de um congresso internacional durante esta semana - informa também que as providências legais só foram tomadas na manhã desta terça-feira (09) em decorrência do fato ter ocorrido no fim de semana, que foi estendido pelo feriado de Nossa Senhora da Conceição, data que também se comemora o Dia da Justiça.

A adoção das providências legais já foi informada à corregedora nacional da Justiça, ministra Nancy Andrighi. A sindicância será presidida pelo corregedor em exercício, que designou os juízes corregedores José Américo e Tyrone José para conduzir os trabalhos.

A comissão deverá desembarcar na Cidade de Imperatriz nesta quinta-feira (11), quando os trabalhos de apuração do fato deverão ser iniciados.

O procedimento investigativo tem como base o art. 6º, incisos IX, XXI, XXIV, XXV, do Código de Normas da Corregedoria, combinado com o art. 173, parágrafo único do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão e o art. 8º, parágrafo único, da Resolução nº 135 do Conselho Nacional de Justiça.

O prazo regular para a realização dos trabalhos da sindicância é de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado uma única vez. Ao final, deverá ser apresentado um relatório conclusivo do caso.

Entenda o caso - Segundo informações levantadas pela Corregedoria, bem como aquelas recebidas por meio da imprensa, o juiz Marcelo Testa Baldochi se envolveu em uma discussão com funcionários da TAM no aeroporto de Imperatriz.

O magistrado teria se apresentado com atraso para embarcar, mas foi impedido pelos funcionários porque o procedimento de embarque já teria sido encerrado e as portas do avião fechadas. A companhia aérea se manifestou informando que segue as normas estabelecidas para o setor e que está colaborando com a prestação

dos esclarecimentos às autoridades.

MARANHÃO: CORREGEDORIA DA JUSTIÇA INSTAURA SINDICÂNCIA PARA APURAR CONDUTA DE JUIZ

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão vai apurar a conduta do juiz Marcelo Testa Baldochi, titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz (665km da capital), em fato ocorrido no dia 6 de dezembro de 2014, no aeroporto da cidade. O corregedor em exercício, Bayma Araújo, informou a corregedora nacional da Justiça, ministra Nancy Andrichi sobre as providências adotadas. Segundo informações que chegaram ao conhecimento do órgão - responsável por fiscalizar e administrar a Justiça de 1º grau - o magistrado teria dado voz de prisão a funcionários da companhia aérea TAM após uma discussão. Na Portaria 4824/2014, que instaura a sindicância, o corregedor em exercício, desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, destaca que há "fortes indícios de conduta incompatível com o exercício da magistratura, por transgressão ao disposto no art. 35, VIII, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº. 35, de 14 de março de 1979); art. 37 do Código de Ética da Magistratura; e art. 85, VIII, do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão (Lc 14/91", diz o texto do documento. Bayma Araújo - que substitui a corregedora Nelma Sarney, que participa de um congresso internacional durante esta semana - informa também que as providências legais só foram tomadas na manhã desta terça-feira (09) em decorrência do fato ter ocorrido no fim de semana, que foi estendido pelo feriado de Nossa Senhora da Conceição, data que também se comemora o Dia da Justiça. A adoção das providências legais já foi informada à corregedora nacional da Justiça, ministra Nancy Andrichi. A sindicância será presidida pelo corregedor em exercício, que designou os juízes corregedores José Américo e Tyrone José para conduzir os trabalhos. A comissão deverá desembarcar na Cidade de Imperatriz nesta quinta-feira (11), quando os trabalhos de apuração do fato deverão ser iniciados. O procedimento investigativo tem como base o art. 6º, incisos IX, XXI, XXIV, XXV, do Código de Normas da Corregedoria, combinado com o art. 173, parágrafo único do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão e o art. 8º, parágrafo único, da Resolução nº 135 do Conselho Nacional de Justiça. O prazo regular para a realização dos trabalhos da sindicância é de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado uma única vez. Ao final, deverá ser apresentado um relatório conclusivo do caso. Juiz Marcelo Testa Baldochi, titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz Entenda o caso - Segundo informações levantadas pela Corregedoria, bem como aquelas recebidas por meio da imprensa, o juiz Marcelo Testa Baldochi se envolveu em uma discussão com funcionários da TAM no aeroporto de Imperatriz. O magistrado teria se apresentado com atraso para embarcar, mas foi impedido pelos funcionários porque o procedimento de embarque já teria sido encerrado e as portas do avião fechadas. A companhia aérea se manifestou informando que segue as normas estabelecidas para o setor e que está colaborando com a prestação dos esclarecimentos às autoridades. Compartilhe isso:

Caso Baldochi

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão vai apurar a conduta do juiz Marcelo Testa Baldochi, titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz (665km da capital), em fato ocorrido no dia 6 de dezembro de 2014, no aeroporto da cidade.

Segundo informações que chegaram ao conhecimento do órgão - responsável por fiscalizar e administrar a Justiça de 1º grau - o magistrado teria dado voz de prisão a funcionários da companhia aérea TAM após uma discussão.

Na Portaria 4824/2014, que instaura a sindicância, o corregedor em exercício, desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, destaca que há "fortes indícios de conduta incompatível com o exercício da magistratura, por transgressão ao disposto no art. 35, VIII, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº. 35, de 14 de março de 1979); art. 37 do Código de Ética da Magistratura; e art. 85, VIII, do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão (Lc 14/91)", diz o texto do documento.

A adoção das providências legais já foi informada à corregedora nacional da Justiça, ministra Nancy Andrighi. A sindicância será presidida pelo corregedor em exercício, que designou os juízes corregedores José Américo e Tyrone José para conduzir os trabalhos.

A comissão deverá desembarcar na Cidade de Imperatriz nesta quinta-feira (11), quando os trabalhos de apuração do fato deverão ser iniciados.

O procedimento investigativo tem como base o art. 6º, incisos IX, XXI, XXIV, XXV, do Código de Normas da Corregedoria, combinado com o art. 173, parágrafo único do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão e o art. 8º, parágrafo único, da Resolução nº 135 do Conselho Nacional de Justiça.

O prazo regular para a realização dos trabalhos da sindicância é de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado uma única vez. Ao final, deverá ser apresentado um relatório conclusivo do caso.

Entenda o caso - Segundo informações levantadas pela Corregedoria, bem como aquelas recebidas por meio da imprensa, o juiz Marcelo Testa Baldochi se envolveu em uma discussão com funcionários da TAM no aeroporto de Imperatriz.

O magistrado teria se apresentado com atraso para embarcar, mas foi impedido pelos funcionários porque o procedimento de embarque já teria sido encerrado e as portas do avião fechadas.

A companhia aérea se manifestou informando que segue as normas estabelecidas para o setor e que está colaborando com a prestação dos esclarecimentos às autoridades.

TJMA comemora avanços no Dia da Justiça, comemorado nesta segunda-feira

A quantidade de processos julgados pelos desembargadores do TJMA teve um crescimento de 11% nos dez primeiros meses de 2014, em relação ao mesmo período no ano de 2013.

Publicação: 08/12/2014 10:34

Nas comemorações do Dia da Justiça nesta segunda-feira (8) o Poder Judiciário do Maranhão aponta avanços no campo institucional com a consolidação de gestão profissional, com o planejamento estratégico, rigorosa organização administrativa e comprometimento dos magistrados, gestores e servidores.

Com a implementação de um consistente projeto para garantir a efetividade na prestação jurisdicional, na gestão da presidente da Corte, desembargadora Cleonice Freire, a quantidade de processos julgados pelos desembargadores do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) teve um crescimento de 11% nos dez primeiros meses de 2014, em relação ao mesmo período no ano de 2013.

A produtividade passou de 86,98%, em 2013, para 96,58% no mesmo período de 2014. As estatísticas indicam que os processos distribuídos tiveram redução de 1%, o que foi acompanhado do aumento no ritmo de julgamentos pelos desembargadores.

O crescimento de julgados acima de 10% manteve a produtividade próxima a 100% no período. De janeiro a outubro de 2013 foram distribuídos 20.984 processos e julgados 18251. Em 2014, o número de distribuídos foi 20730 processos e o de julgados 20021.

A produtividade dos magistrados ficou acima da média nacional definida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina que sejam julgados no mínimo 90% da quantidade de processos distribuídos.

Contribuíram para esse crescimento o investimento em modernização, aperfeiçoamento de servidores e a padronização de rotinas administrativas nos setores envolvidos, além da adoção de muitas medidas de melhoria e aprimoramento da atividade jurisdicional definidas na gestão da presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire.

Palestra sobre papel do agente público abre Seminário sobre "Práticas de Promoção dos Direitos Humanos no Poder Judiciário"

10/12/2014 | 15:06

Presidente do Sindjus, Anibal Lins, ao lado da professora Cláudia Gonçalves Presidente do Sindjus, Anibal Lins, ao lado da professora Cláudia Gonçalves

Com o tema "O Papel do Agente Público na Promoção dos Direitos Humanos", a professora Cláudia Gonçalves abriu a o seminário "Práticas de Promoção dos Direitos Humanos no Poder Judiciário", nesta quarta-feira(10) em comemoração ao Dia Internacional dos Direitos Humanos. O evento, que acontece no auditório do Fórum de Justiça "Desembargador Sarney Costa", é uma iniciativa do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus - MA) em parceria com Esmam (Escola Superior da Magistratura do Maranhão).

O presidente do Sindjus-MA, Aníbal Lins, abriu o seminário dando boas vindas a palestrante e desejando aos presentes muita reflexão em relação aos temas a serem tratados durante o evento.

A professora Cláudia Gonçalves abriu sua participação no seminário louvando a iniciativa do Sindicato em realizar este evento trazendo para o debate temas tão pertinentes e abrangentes.

"É necessário discutirmos sempre sobre ao papel do agente público, não só na promoção dos direitos humanos, como também, em outros segmentos", destacou Cláudia Gonçalves.

A professora também ressaltou que o papel do agente público vem sofrendo modificações ao longo dos tempos e que além da eficiência, no desempenho das suas atividades, também é cobrado dele sensibilidade em relação às situações que se apresentam no seu cotidiano.

O Seminário prossegue na parte da tarde com a seguinte programação:

Mesa/Debate (14h00): Juiz de Direito Douglas Melo Martins com Eliandro Araújo- Psicólogo. Tema: "Práticas de promoção dos direitos humanos no Poder Judiciário".

Mesa/Palestra (16h00): Luís Antônio Pedrosa- Advogado e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB - Ordem dos Advogados do Brasil. Tema: "Direitos Humanos e acesso à Justiça".

TJ começa amanhã a apurar caso de juiz Baldochi

Amanhã integrantes da corregedoria geral de justiça chegam a Imperatriz para investigar a conduta do juiz Marcelo Baldochi, que mandou prender três funcionários da TAM no sábado. A associação dos Magistrados Brasileiros, dos Magistrados Maranhenses e a OAB também pedem a apuração dos fatos.//

Em nota, o juiz informou que chegou meia hora antes do voo. Ele disse também que o funcionário não prestou nenhuma informação e que mesmo insistindo não foi atendido, por isso exerceu o direito de ordenar a prisão dos atendentes.

Marcelo Baldochi está de licença da quarta Vara Criminal até sexta-feira por causa da morte do padrasto em Ribeirão Preto (SP). A TAM enviou nota informando que os funcionários seguiram as normas exigidas pela Anac e que vai prestar todos os esclarecimentos necessários para a apuração do caso.

As investigações da Corregedoria de Justiça serão comandadas pelos juízes José Américo e Tyrone José. Eles tem 30 dias para concluir o processo.

Chapadina - Juiz da 2ª Vara fala sobre aspectos jurídicos da adoção em curso

Salvar • 0 comentários • Imprimir • Reportar

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 1 hora atrás

0

Os aspectos jurídicos da adoção serão abordados pelo juiz titular da 2ª Vara da Comarca de Chapadina, Mario Henrique Mesquita Reis, em Curso Preparatório promovido pela unidade nessas quarta (10) e quinta-feira (11). Além da questão jurídica, o curso, voltado para famílias pretendentes à adoção, funcionários da rede sócio-assistencial de atendimento, funcionários da rede de saúde municipal, estudantes dos cursos de Serviço Social e Pedagogia, ou áreas afins, visa a esclarecer o público-alvo sobre a adoção nas perspectivas social, psicológica e da família. Além desses esclarecimentos, o evento visa ainda a cumprir as determinações do Conselho Nacional de Justiça CNJ quanto à capacitação de pretendentes à adoção. Promovido pela Vara, o curso foi idealizado pela assistente social da unidade, Amanda Lustosa.

Nas palavras do juiz, um dos aspectos a ser focado no curso é a importância de legalizar a adoção, de acabar com a adoção à brasileira, trazer da informalidade à formalidade. A Justiça é um canal aberto à sociedade para esclarecer dúvidas, orientar como fazer a adoção, afirma o magistrado.

Sem formalização - Segundo Mario Reis, a crescente demanda na comarca pela adoção sem formalização foi observada pela assistente social da Vara. Foi a partir da constatação que a profissional idealizou o curso e tirou a ideia do papel, como explica o juiz.

O curso preparatório para adoção é o primeiro do tipo realizado na comarca. Cerca de 30 a 40 pessoas participam da iniciativa. Ao final, os participantes com pelo menos 75% de frequência recebem declaração de participação no curso.

Marta Barros

Assessoria de Comunicação

Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão asscom_cgj@tjma.jus.br asscomcgj@gmail.com
www.facebook.com/cgjma

(98) 3198-4636/ 3198-4624

ESMAM e UFMA abrem mais 360 vagas para pós-graduação em Gestão Pública

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão e mais 1 usuário

Convênio de cooperação técnico-científica entre o Tribunal de Justiça, a Escola Superior da Magistratura e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), assinado nesta terça-feira (18), abre 360 vagas para a segunda turma do Curso de Especialização em Gestão Pública na modalidade a distância, destinada à formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores do Poder Judiciário.

O curso é gratuito e direcionado aos servidores de nível superior. Do total de vagas, 240 serão ofertadas aos efetivos e 120 para comissionados, lotados nos polos de Caxias, Codó, Grajaú, Imperatriz, Pinheiro e São Luís. A duração das pós-graduação é de 20 meses, com carga horária de 360 horas, envolvendo momentos presenciais obrigatórios nos polos para realização das avaliações e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

A seleção dos candidatos será disciplinada em edital com chamada pública, que está sendo elaborado pela UFMA e deverá ser publicado nos próximos dias no site do Núcleo de Educação a Distância da UFMA e na página da ESMAM.

Em março deste ano, mais de 270 servidores concluíram com êxito a pós-graduação e receberam certificado conferindo o grau de especialista em Gestão Pública. "Com o que aprendi no curso, passei a ter um olhar diferenciado no meu setor de trabalho. Para quem atua em comarca do interior é muito proveitoso pelo fato de evitar deslocamento até a capital", destacou o servidor Aldir César Melo, da comarca de Pinheiro.

Será a segunda turma do curso a distância de Especialização em Gestão Pública. Mais um passo importante para a melhoria da prestação jurisdicional no Estado, pois teremos servidores qualificados e alcançando boa performance na carreira, sem nenhum custo, ressaltou o diretor da ESMAM, desembargador Marcelo Carvalho Silva.

O diretor acrescentou que, com o grau de especialista, a intenção é que os servidores estejam à disposição do Tribunal para exercer atividades gerenciais no âmbito do Poder Judiciário.

CONVÊNIO - O convênio que visa motivar e garantir o aperfeiçoamento profissional dos servidores faz parte das metas traçadas pela escola judicial e está inserido nas diretrizes estratégicas do Tribunal de Justiça e no Plano Nacional de Capacitação Judicial do Poder Judiciário, conforme a Resolução nº 126/2011 do Conselho Nacional de Justiça. O prazo do convênio é de cinco anos.

COMUNICAÇÃO DIGITAL SERÁ DISCUTIDA POR JORNALISTAS QUE ATUAM NO JUDICIÁRIO

Salvar • 0 comentários • Imprimir • Reportar

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 6 dias atrás

0

Técnicas e ferramentas utilizadas no universo do jornalismo em redes sociais e ambiente web serão apresentadas durante a capacitação

Profissionais que atuam nas assessorias de comunicação do Judiciário do Maranhão participam, nos dias 11 e 12 de dezembro, do curso Webjornalismo aplicado: o jornalismo na esfera digital, promovido pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam).

A iniciativa integra o planejamento estratégico do setor de Comunicação do TJMA, visando capacitar periodicamente os servidores e atualizá-los sobre as inovações tecnológicas aplicadas à área jornalística. A capacitação será realizada na Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça, das 14h às 18h.

Técnicas e ferramentas teóricas utilizadas no universo do jornalismo e das assessorias de comunicação em redes sociais e ambiente web serão apresentadas durante a capacitação, que destacará as narrativas para twitter, facebook, blogs e whatsapp, a partir da compreensão da função de storytelling (contador de histórias) e da narrativa transmídia ou transmidiática (que se desenvolve por meio de múltiplos canais de mídia).

Temas como: O jornalismo em redes sociais: o exercício do lead no Twitter; Blogs: de volta ao jornalismo do século XIX com as tecnologias do século XX; O texto para web: técnicas, aplicações e recursos de storytelling, também serão discutidos pelos profissionais.

O curso será ministrado pela jornalista, doutora em Ciências Sociais com especialização em Estudos Comparados sobre as Américas (UNB) e professora do departamento de Comunicação Social da UFMA, Li-Chang Shuen Sousa. Graduada em Jornalismo (UFMA), a palestrante é mestre em Comunicação com ênfase em Linguagem dos Meios (UFPE), e pesquisadora filiada à Associação Internacional de Ciência Política (IPSA).

Assessoria de Comunicação do TJMA asscom@tjma.jus.br

3198.4370

Corregedoria da Justiça instaura sindicância para apurar conduta de juiz

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão

A Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão vai apurar a conduta do juiz Marcelo Testa Baldochi, titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Imperatriz (665km da capital), em fato ocorrido no dia 6 de novembro de 2014, no aeroporto da cidade.

Segundo informações que chegaram ao conhecimento do órgão responsável por fiscalizar e administrar a Justiça de 1º grau o magistrado teria dado voz de prisão a funcionários da companhia aérea TAM após uma discussão.

Na Portaria 4824/2014, que instaura a sindicância, o corregedor em exercício, desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, destaca que há fortes indícios de conduta incompatível com o exercício da magistratura, por transgressão ao disposto no art. 35, VIII, da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº. 35, de 14 de março de 1979); art. 37 do Código de Ética da Magistratura; e art. 85, VIII, do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Maranhão (Lc 14/91, diz o texto do documento.

Bayma Araújo que substitui a corregedora Nelma Sarney, que participa de um congresso internacional durante esta semana informa também que as providências legais só foram tomadas na manhã desta terça-feira (09) em decorrência do fato ter ocorrido no fim de semana, que foi estendido pelo feriado de Nossa Senhora da Conceição, data que também se comemora o Dia da Justiça.

A adoção das providências legais já foi informada à corregedora nacional da Justiça, ministra Nancy Andrichi. A sindicância será presidida pelo corregedor em exercício, que designou os juízes corregedores José Américo e Tyrone José para conduzir os trabalhos.

A comissão deverá desembarcar na Cidade de Imperatriz nesta quinta-feira (11), quando os trabalhos de apuração do fato deverão ser iniciados.

O procedimento investigativo tem como base o art. 6º, incisos IX, XXI, XXIV, XXV, do Código de Normas da Corregedoria, combinado com o art. 173, parágrafo único do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Maranhão e o art. 8º, parágrafo único, da Resolução nº 135 do Conselho Nacional de Justiça.

O prazo regular para a realização dos trabalhos da sindicância é de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado uma única vez. Ao final, deverá ser apresentado um relatório conclusivo do caso.

Entenda o caso Segundo informações levantadas pela Corregedoria, bem como aquelas recebidas por meio da imprensa, o juiz Marcelo Testa Baldochi se envolveu em uma discussão com funcionários da TAM no aeroporto de Imperatriz.

O magistrado teria se apresentado com atraso para embarcar, mas foi impedido pelos funcionários porque o

procedimento de embarque já teria sido encerrado e as portas do avião fechadas.

A companhia aérea se manifestou informando que segue as normas estabelecidas para o setor e que está colaborando com a prestação dos esclarecimentos às autoridades.

Semana da Conciliação no Maranhão ultrapassa R\$ 3,5 milhões em acordos

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão

Audiência ocorrida na Semana da Conciliação

Mais de R\$ 3,5 milhões de reais em acordos: este foi o saldo da Semana Nacional da Conciliação no Maranhão, que envolveu processos nas esferas cível e criminal. Das 8.724 audiências de conciliação designadas, 8.462 aconteceram, chegando a cumprir quase 98% da agenda programada. O evento aconteceu de 24 a 28 de novembro, foi aberto oficialmente no 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, mas envolveu todas as unidades do Estado.

No ano passado, no Maranhão, foram agendadas 15.315 audiências. Destas, 15.257 ocorreram, sendo um dos índices mais altos do país. De acordo com a supervisão de juizados especiais, o número diminuiu porque as unidades estão, periodicamente, realizando mutirões de audiências de conciliação. Esses mutirões ocorrem durante todo o ano.

O total de acordos homologados na semana da conciliação no Maranhão foi de 2.487. O valor exato foi R\$ 3.698.781,79. Em se tratando de audiências na esfera do 2º Grau, foram homologados 13 acordos. Foram designadas 936 audiências criminais, sendo que destas, 775 aconteceram. As sentenças homologatórias de transação penal chegaram a 200. Foram 225 composições civis.

Durante todo o evento, foram atendidas 17.383 pessoas, e o número de magistrados foi 355. Participaram ainda das audiências 32 juízes leigos e 559 conciliadores. O número de colaboradores foi de 1.901 e aconteceram ainda 176 eventos paralelos, como casamento coletivo, emissão de documentos, exame de saúde, palestras.

É um evento de caráter nacional, envolvendo uma ferramenta fundamental para o bom funcionamento do judiciário, que é a conciliação. Percebe-se o engajamento das unidades de todo o Estado, mesmo sendo o incentivo à conciliação uma constante nas varas e juizados do Maranhão, enfatizou a corregedora Nelma Sarney.

"A semana é uma campanha de sucesso desenvolvida pelo Conselho Nacional de Justiça realizada nos últimos nove anos, em todos os tribunais do Brasil, e que visa, principalmente, à diminuição do acervo processual das unidades, priorizando a solução de conflitos através da conciliação, do acordo, destacou Márcia Cristina Chaves, juíza coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais.

Sobre a Semana Durante a Semana Nacional da Conciliação, os tribunais de todo o Brasil selecionam os processos que tenham possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas no conflito. Caso o cidadão ou instituição tenha interesse em incluir o processo na Semana, deve procurar, com antecedência, o tribunal em que o caso tramita. Quando uma empresa ou órgão público está envolvido em muitos processos, normalmente, o tribunal faz uma audiência prévia para sensibilizar a empresa/órgão a trazer ao mutirão boas propostas de acordo.

As conciliações pretendidas durante a Semana são chamadas de processuais, ou seja, quando o caso já está na

Justiça. No entanto, há outra forma de conciliação: a pré-processual ou informal, que ocorre antes do processo ser instaurado e o próprio interessado busca a solução do conflito com o auxílio de conciliadores e/ou juízes.

A Semana Nacional da Conciliação é um marco anual das ações do Conselho Nacional de Justiça e dos tribunais para fortalecer a cultura do diálogo. Mais de 60 mil processos devem ser resolvidos durante IX Semana Nacional de Conciliação, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).